



XXXIII SIC SALÃO INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Evento	Salão UFRGS 2021: SIC - XXXIII SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2021
Local	Virtual
Título	A revisão de decisões automatizadas sob as perspectivas brasileira e europeia
Autor	GABRIELA DE VARGAS POCHMANN
Orientador	LISIANE FEITEN WINGERT ODY

A revisão de decisões automatizadas sob as perspectivas brasileira e europeia

Pesquisadora Gabriela de Vargas Pochmann
Orientadora Profa. Dra. Ms. Lisiane Feiten Wingert Ody
Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Núcleo de Pesquisa em Direito Comparado e Internacional

A extensa quantidade de dados pessoais disponíveis e a sua interligação em diferentes contextos ocasionou o crescimento exponencial da sua utilização para as finalidades mais diversas, aumentando, igualmente, o seu impacto em nossas vidas. Nesse cenário, podem ocorrer discriminações ilícitas que se manifestam por meio de decisões tomadas unicamente com base no tratamento automatizado de dados pessoais, incluindo a criação de perfis comportamentais. Essa discriminação algorítmica envolve casos como o de um processo de recrutamento que favorecia a contratação de funcionários do sexo masculino e de uma agência de viagens *online* que oferecia as mesmas acomodações por preços diferentes com base na localização geográfica do consumidor. Nesses casos, a existência de instrumentos jurídicos capazes de socorrer os titulares discriminados é determinante para garantir os direitos fundamentais violados. Assim, o presente trabalho objetiva analisar o direito à revisão de decisões automatizadas, previsto na nova lei de proteção de dados brasileira, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), em perspectiva comparada ao direito de não se sujeitar a decisões automatizadas, previsto no Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) – norma referência de proteção de dados no mundo e principal paradigma para a lei brasileira. A partir disso, busca-se verificar a (des)necessidade de aprimoração ou criação legislativa no Brasil concernente à problemática. Para tanto, a presente pesquisa utiliza o método comparativo-funcional complementado pelo contextualizado e se dá por meio de revisão bibliográfica e análise comparativa da legislação brasileira e europeia. O trabalho se encontra em andamento, em fase preliminar, motivo pelo qual ainda não é possível expor suas conclusões.